



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Câmara Municipal de Cascavel  
Lido em 14/02/18

PARECER N° 06, de 2019.

EMENDA N° 01 AO PROJETO DE LEI N° 01/2019

PROPONENTE: Parra/MDB

8 / 4 / 2019 RECEBIDO EM  
às  
Câmara Municipal de Cascavel - Paraná  
Diretoria Legislativa

RELATOR: Rafael Brugnerotto

EMENTA: Modifica o parágrafo único do art. 1º, que passa a ser o § 1º com a seguinte redação.

PARECER CONTRÁRIO.

### I - FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Justiça e Redação opinar sobre os aspectos constitucionais, legais, regimentais e a boa técnica legislativa das proposições.

A emenda apresentada pretende modificar o parágrafo único do art. 1º, que passa a ser o § 1º com a seguinte redação:

*“Art.1º...”*

*“§ 1º Ainda, com relação a cobrança do valor referente a taxa de esgoto, esta fica reduzida ao percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor real da água utilizada pelo consumidor.*

*I – Enquadra-se no contido do § 1º, a prestação dos serviços públicos essenciais à operação, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.*

Em síntese, a justificativa esclarece que “o Projeto de Lei que versa sobre a proibição da cobrança de taxa mínima, merece ser complementado com a redução da taxa de esgoto para 50% sobre o valor efetivamente gasto com o abastecimento de água, vez que hoje o montante cobrado é de 80%”.

Rua Pernambuco 1843 – Centro – CEP 85810-021 – Cascavel – Paraná Fone (45) 3321-8800  
Fax (45) 3321-8881 – www.camaracascavel.pr.gov.br – E-mail: admin@camaracascavel.pr.gov.br



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, inc. IX, expressamente atribuiu à União, Estados e Municípios a competência comum para promoção de melhorias nas condições de saneamento básico – conceito que abrange água, esgoto, gestão de resíduos sólidos e drenagem de água de chuva.

Porém, no que atine à questão da titularidade dos serviços, a questão foi definitivamente pacificada quando da decisão, em 2012, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1.842/RJ. Na ocasião, decidiu-se que a titularidade dos serviços de saneamento básico é de fato municipal, confirmando julgados anteriores do próprio Supremo, e somente no caso das Regiões Metropolitanas há o compartilhamento da titularidade entre o Estado e os Municípios, a ser exercida de forma "colegiada", em Assembleias que congreguem a participação de todos os Prefeitos e do Governador do Estado.

Desta feita, não se tratando de Região Metropolitana, a atuação dos Estados no campo do abastecimento de água somente é possível mediante a delegação municipal destes serviços à Companhia Estadual, via "Contrato de Programa", figura jurídica equiparada a um Contrato de Concessão.

No caso específico do Município de Cascavel, no dia 26 de outubro de 2004, foi firmado Contrato de Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Água e Esgotos, concedendo à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a exclusividade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação, manutenção, coleta e remoção de esgotos, com prazo de vigência de 20 (vinte) anos, portanto, ainda vigente.

O parágrafo §1º da cláusula quinta do Contrato de Concessão supramencionado, fixa competência para revisão ou modificação das tarifas de água e esgotos:

*“Cláusula Quinta...”*

*“§1º - A tarifa dos serviços concedidos pelo presente contrato, bem como sua revisão ou modificação, mediante processo devidamente justificado pela Concessionária, **será fixada pelo Chefe do Executivo Estadual ou por órgão ou entidade estatal na forma da lei** e o cálculo do valor da tarifa terá por base a planilha de custos dos serviços apreciada pelo Conselho de Administração da Concessionária”.*

Em se tratando do Estado do Paraná, a Lei Complementar n.º 94, de 27/07/2002, criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na Capital do Estado, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território

Rua Pernambuco 1843 – Centro – CEP 85810-021 – Cascavel – Paraná Fone (45) 3321-8800

Fax (45) 3321-8881 – [www.camaracascavel.pr.gov.br](http://www.camaracascavel.pr.gov.br) – E-mail: [admin@camaracascavel.pr.gov.br](mailto:admin@camaracascavel.pr.gov.br)





# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

do Estado do Paraná, podendo estabelecer unidades regionais, vinculada ao Governador do Estado do Paraná e orçamentariamente à Casa Civil.

A natureza de autarquia especial conferida à AGEPAR é caracterizada por independência decisória, autonomia administrativa e autonomia financeira, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, tendo por finalidade institucional exercer o poder de regulação, normatização, controle, mediação e fiscalização sobre os serviços públicos submetidos à sua competência, incluindo serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário (itens 1 e 2, da alínea "I", do inciso VII do art. 2º da Lei Complementar 94/2002).

Assim, resta afastada a iniciativa do Poder Legislativo Municipal, por não poder dispor sobre política tarifária ou afetar a relação contratual estabelecida entre Poder Concedente e Concessionária, sendo de competência da AGEPAR velar pelo equilíbrio econômico-financeiro do referido contrato, de modo que qualquer interferência direta do Legislativo Municipal sobre as cláusulas regulamentares de prestação do serviço, bem como sobre a equação econômico-financeira, sofrerá de grave inconstitucionalidade.

Não bastasse a legislação, o Supremo Tribunal Federal também vem tratando do assunto, o que se extrai do julgamento da ADI-MC 2.337/SC, relatada pelo Ministro Celso de Mello, DJ de 21/06/2002 DJ, assim ementado (grifou-se):

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. INVASÃO, PELO ESTADO-MEMBRO, DA ESFERA DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS. **IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO ESTADO-MEMBRO NAS RELAÇÕES JURÍDICO-CONTRATUAIS ENTRE O PODER CONCEDENTE FEDERAL OU MUNICIPAL E AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS.** INVIABILIDADE DA ALTERAÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA LICITAÇÃO E FORMALMENTE ESTIPULADAS EM CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SOB REGIME FEDERAL E MUNICIPAL. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. Os Estados-membros - que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias - também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica - CF, art. 21, XII, "b") e pelo Município (fornecimento de água - CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de*



# Câmara Municipal de Cascavel

## ESTADO DO PARANÁ

*concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico contratual de direito administrativo.*

Portanto, após avaliar a matéria como Relator, nos termos do artigo 38, *caput*, do Regimento Interno, verificam-se impedimentos constitucionais, legais e técnicos à tramitação do projeto, deste modo, manifesto o meu voto **CONTRÁRIO**.

### II- VOTO DA COMISSÃO


A Comissão de Justiça e Redação por meio dos seus Vereadores acompanham o voto do Eminentíssimo Relator e opinam pelo Voto **CONTRÁRIO** a presente emenda.

É o Parecer. Sala das Comissões Permanentes.

Cascavel, 07 de fevereiro de 2019.

  
Jaime Vasatta/PODE  
Presidente

  
Rafael Brugnerotto/PSB  
Secretário

  
Josué de Souza/PTC  
Membro